

CNJ apresenta ações para aplicação da LGPD

O conselheiro Rubens Canuto apresentou as iniciativas que vem sendo realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na aplicação da [Lei n. 13.709/2020, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados \(LGPD\)](#), no Poder Judiciário.

Reprodução



CNJ tem trabalhado para adequar os tribunais a Lei Geral de Proteção de dados
Reprodução

Ele participou, na última sexta-feira (30/4), do "2º Seminário Internacional — Lei Geral de Proteção de Dados: Arquitetura da privacidade no Brasil — Eixos centrais da política nacional de proteção de dados", promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do [Conselho da Justiça Federal \(CJF\)](#).

Canuto, que preside a [Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Inovação](#) e coordena o Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Judiciário, ambos do CNJ, afirmou que o órgão tem preocupação em relação à aplicação da legislação na Justiça brasileira.

Segundo ele, em um primeiro momento, o CNJ se preocupou com a possibilidade da criação de normatizações por cada uma das 92 cortes, sem a observância de um mínimo de critério de uniformidade. "Se não houvesse um trabalho de âmbito nacional na edição de normas gerais com relação à aplicação da LGPD no âmbito dos tribunais, cada um, de acordo com suas próprias luzes, criaria sua normatização e correríamos o risco de ter 92 regulamentações completamente diferentes", explicou.

Diante disso, o CNJ constituiu um [grupo de trabalho para tratar do tema](#). O primeiro resultado foi a edição da [Recomendação 73/2020](#), propondo aos tribunais a adoção de algumas medidas iniciais de estudos a fim de se prepará-los para a aplicação da LGPD. "A grande verdade é que essa recomendação não surtiu o efeito que se pretendia. A grande maioria dos tribunais não instaurou os grupos de trabalho locais e não foram realizados estudos pelos mais diversos motivos. Daí resultou uma iniciativa mais incisiva, que foi a aprovação da [Resolução n. 363/2021](#), que estabeleceu regras a serem observadas agora não mais a título de recomendação, mas a título de imposição, com vista a implementação da LGPD", explicou.



O conselheiro ressaltou que o CNJ tem lidado de forma democrática com a questão. "O Judiciário tem ciência de que a regulamentação da aplicação dessa lei não interessa apenas aos magistrados e servidores. Muito pelo contrário, é de extremo interesse tanto para as partes, quanto para os jurisdicionados, para a sociedade em geral, para os advogados. E justamente por isso é necessário que nos empenhemos para editar uma regulamentação que atinja com satisfação máxima o interesse de todos."

A mesa foi moderada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça e coordenador científico do evento, Ricardo Villas Bôas Cueva. O ministro concordou que os tribunais têm resistência em relação à questão. "Esse é um tema relativamente complexo, já que tanto a legislação europeia, que inspirou a nossa LGPD, como a nossa mesma são quase críticas em relação ao tema. Isso se justifica para preservar a autonomia e independência do Poder Judiciário, que são características centrais para o bom exercício da jurisdição."

Também participaram do painel a professora da Universidade de Brasília (UnB) e diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade (CEDIS/IDP), Laura Schertel Mendes, e o conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ES), Luiz Cláudio Silva Allemand. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Date Created

03/05/2021